

HABEAS CORPUS Nº 502.297 - PB (2019/0094518-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : EVANILDO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO
ADVOGADO : EVANILDO NOGUEIRA DE SOUZA FILHO - PB016929
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : IGO VIEIRA DE AZEVEDO SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de IGO VIEIRA DE AZEVEDO SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no julgamento da Apelação n. 0800020-82.2010.815.0011.

Inferre-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 15 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nos arts. 33 e 35, da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, no qual pretendeu a absolvição do réu por insuficiência probatória no tocante ao tráfico e o redimensionamento da pena em relação ao crime de associação para o tráfico de drogas.

O recurso foi desprovido, nos termos da seguinte ementa (fl. 19):

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS QUE INDICAM A MERCÂNCIA ILÍCITA. DIMINUIÇÃO DA PENA-BASE APLICADA. IMPOSSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO.

1. Uma vez comprovadas por todo o conjunto probatório e pelos elementos informativos colhidos na investigação tanto a materialidade do fato quanto a autoria pelo réu, não deve ser modificada a sentença, mantendo-se a condenação.

2. Apelação criminal não provida.

No presente *writ*, a defesa alega excesso na dosimetria da pena decorrente da falta de fundamentação no tocante à consideração da personalidade e consequências do delito, além de o fato de o paciente ser apontado como integrante de associação criminosa ser valorado para aumento de pena no tráfico e ser condenado, também, por associação para o tráfico.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a redução da pena base e adequação do regime prisional.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator